



ACÓRDÃO Nº 422/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11324/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Reginaldo de Castro Soares (Ordenador de Despesa), Rosenildo Castro Alves (Ordenador de Despesa)
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Urucurituba
- 5- **Exercício:** 2017
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1624/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Urucurituba. Exercício de 2017.

Revelia. Irregularidade. Alcance. Multa. Regularidade com ressalvas.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Considerar Revel o Sr. Rosenildo Castro Alves, nos termos do art. 20, §4º, da LO/TCE;

10.2. Julgar Irregular a Prestação de Contas do Sr. Rosenildo Castro Alves, responsável pela Câmara Municipal de Urucurituba, exercício de 2017, nos termos do art. 22, III, "b" e "c", da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, III, "b" e "c", da Resolução 04/2002-TCE/AM;

10.3. Considerar em Alcance o Sr. Rosenildo Castro Alves no valor de **R\$ 37.272,90** (trinta e sete mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa centavos), em face da restrição não sanada transcrita na fundamentação do Voto (item 5), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Urucurituba, no prazo de 30 dias.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão



ACÓRDÃO Nº 422/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Rosenildo Castro Alves** no valor de **R\$ 6.830,00** (seis mil oitocentos e trinta reais), nos termos do art. 54, inciso III, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução nº 04/2002, por atos de gestão de que resulte injustificado dano ao erário, referente ao item 5, transcrito na fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Rosenildo Castro Alves** no valor de **R\$ 13.655,00** (treze mil seiscentos e cinquenta e cinco reais), nos termos do art. 54, inciso II, da Lei nº 2423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, por atos praticados com grave infração à norma legal, referentes aos itens **2, 3, 4, 6 e 7**, transcritos na fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.6. Considerar revel o Sr. Reginaldo de Castro Soares**, nos termos do art. 20, §4º, da LO/TCE;

- 10.7. Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas do Sr. Reginaldo de Castro Soares**, responsável pela Câmara Municipal de Urucurituba (Período de Gestão: 28/10/2017 a 31/12/2017), nos termos



ACÓRDÃO Nº 422/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

do art. 22, II, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM;

- 10.8. Aplicar Multa ao Sr. Reginaldo de Castro Soares** no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2423/96, referentes aos itens **1, 2, 3 e 4**, transcritos na fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Maio de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador, em Substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador, em Substituição